

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE
ESTERILIZAÇÃO PARA A SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

PROCESSO N.º **21DC32CP013**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	3
1. OBJETO DO CONCURSO	3
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR	3
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	4
5. AGRUPAMENTOS	4
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA	5
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	5
8. PREÇO BASE.....	6
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS.....	6
10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	7
11. REVISÃO DE PREÇOS	7
12. CAUÇÃO.....	8
13. SEGURO.....	8
14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	8
15. PENALIDADES	9
16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
17. RESPONSABILIDADE	10
18. RESOLUÇÃO.....	10
19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	11
20. ATOS DE TERCEIROS.....	12
21. PUBLICIDADE.....	12
22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	14
23. CONFIDENCIALIDADE	14
24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	15
25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	15
26. GESTOR DO CONTRATO.....	15
27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	15
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	16
28. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	16
29. LOCAIS DE ENTREGA.....	20
30. CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO.....	19
31. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ADJUDICATÁRIO	20
32. INSPEÇÕES E VERIFICAÇÕES	21
33. CONFORMIDADE DOS BENS.....	21

ANEXOS:

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES E QUANTIDADES ESTIMADAS

ANEXO B: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS
FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1.** O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO PARA A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA** em conformidade com as condições e características técnicas definidas neste caderno de encargos e respetivos anexos.
- 1.2.** O presente procedimento encontra-se organizado em **8 (oito) LOTES**, cuja identificação e composição está no **ANEXO A** do presente caderno de encargos.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a)** As cláusulas do contrato, considerando-se integradas no mesmo este caderno de encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no programa do concurso;
- b)** No caso do(s) contrato(s) não ser(em) reduzido(s) a escrito, este caderno de encargos, a proposta adjudicada, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no programa do concurso;
- c)** Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- d)** As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1º.** Os termos dos suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
 - 2º.** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente caderno de encargos;
 - 3º.** O presente caderno de encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4º.** A proposta do adjudicatário;
 - 5º.** Os esclarecimentos sobre a proposta do adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual dos fornecimentos contratuais, tal como previsto neste caderno de encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar o fornecimento dos bens objeto deste caderno de encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único contrato de fornecimento de bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade

solidária estabelecida, a sua quota de responsabilidade pela execução do fornecimento de todos os bens perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.

- 5.4.** No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do agrupamento/consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento/consórcio depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento/consórcio deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do adjudicatário.
- 5.7.** O adjudicatário, seja empresa individual, agrupamento ou consórcio, sempre que modificar os seus estatutos e escritórios permanentes deverá comunicar esse facto de imediato à SCML, de modo a se garantirem permanentemente os contactos técnicos e administrativos durante o período de vigência do contrato.
- 5.8.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente caderno de encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o adjudicatário, sem que tal facto confira a este direito a ser indemnizado seja a que título for.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O(s) contrato(s) a celebrar na sequência do presente procedimento, por **LOTE**, entra(m) em vigor na data da sua assinatura, e terá(ão) a duração de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar daquela data, salvo no caso do preço contratual se esgotar em data anterior, o que a acontecer determinará a cessação do contrato nessa data, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
- 7.2.** Nos casos em que o valor adjudicado seja igual ou inferior a **€10.000,00 (dez mil euros)**, e uma vez que poderá não haver lugar a redução a escrito, o respetivo contrato entrará em vigor após a entrega, pelo adjudicatário, de todos os documentos de habilitação válidos.
- 7.3.** O prazo máximo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) horas seguidas**, após o envio da nota de encomenda.

- 7.4.** Não obstante o disposto nos números anteriores, os contratos mantêm-se em vigor desde a data da sua assinatura, ou da entrega de todos os documentos de habilitação válidos, conforme o caso, até ao fornecimento integral dos bens objeto do presente procedimento, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato a celebrar, para efeitos de apresentação de proposta que englobe os **8 (OITO) LOTES**, o preço base global é de **€179.820,00 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e vinte euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 8.2.** O preço base para cada **LOTE** é o seguinte, acrescido de IVA à taxa legal em vigor:
- 8.2.1.** LOTE 1: **€ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta euros);**
 - 8.2.2.** LOTE 2: **€ 33.880,00 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta euros);**
 - 8.2.3.** LOTE 3: **€ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta euros);**
 - 8.2.4.** LOTE 4: **€ 30.810,00 (trinta mil, oitocentos e dez euros);**
 - 8.2.5.** LOTE 5: **€ 8.300,00 (oito mil e trezentos euros);**
 - 8.2.6.** LOTE 6: **€ 66.610,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e dez euros);**
 - 8.2.7.** LOTE 7: **€ 3.820,00 (três mil, oitocentos e vinte euros);**
 - 8.2.8.** LOTE 8: **€ 1.690,00 (mil, seiscentos e noventa euros).**
- 8.3.** O preço base global e os preços base por lote, indicados nos números antecedentes foram fixados mediante critérios objetivos, e obtidos através dos preços atualizados do mercado indicados através de consulta preliminar.
- 8.4.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML pagará ao adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada, por **LOTE** às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.5.** A SCML reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas no **ANEXO A** deste caderno de encargos, por as mesmas serem **meras estimativas**, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

- 9.2.** O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao fornecimento de bens cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** O adjudicatário obriga-se a fornecer pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste caderno de encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 9.4.** No decurso do fornecimento de bens, a SCML pode solicitar ao adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de bens a fornecer, comprometendo-se o adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas diretamente ao Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, **mensalmente**, para o endereço faturaeletronica@scml.pt devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML, o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.2.** Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, nos prazos e para as entidades previstas na lei, é permitido o envio das faturas por outros suportes que não os eletrónicos para o endereço eletrónico fatura@scml.pt, ou na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas deverão ser enviadas para a morada do referido Núcleo sito na Calçada da Glória, n.º 53 1250-112 Lisboa.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.5.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da **cláusula 18.** do caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. CAUÇÃO

Considerando que o preço por **LOTE**, é inferior a **€ 200.000,00 (duzentos mil euros)**, não é exigida ao adjudicatário a prestação de caução. No entanto, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGURO

- 13.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente caderno de encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste caderno de encargos, deverá o adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil.
- 13.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este caderno de encargos são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
- 13.3.** O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade do adjudicatário.
- 13.6.** A apólice de seguro referida no **número 13.1.** da presente cláusula reger-se-á pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- 14.1.** O contrato pode ser modificado:

- 14.1.1.** Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- 14.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral;
- 14.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público;

- 14.2.** O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- 14.2.1.** Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

14.2.2. Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

14.3. A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

15. PENALIDADES

15.1. No caso de o adjudicatário não fornecer os bens no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:

15.1.1. Resolver o contrato nos termos legais;

15.1.2. Adquirir os bens em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do adjudicatário.

15.2. A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:

15.2.1. Forem excedidos os respetivos prazos; ou,

15.2.2. O fornecimento de bens não estiver conforme o exigido no presente caderno de encargos, e o adjudicatário não tenha corrigido, no prazo fixado para o efeito pela SCML.

15.3. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar ou com o acionamento da retenção prevista na **cláusula 12.** do presente caderno de encargos.

15.4. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste caderno de encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

15.5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

16.1. O adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.

16.2. No caso de subcontratação, o adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.

16.3. Em caso de incumprimento pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi

celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.

- 16.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações do adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual do adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. RESPONSABILIDADE

- 17.1.** Se o adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 17.2.** O adjudicatário assume integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 17.3.** O adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 17.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 17.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar fornecê-los por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
- 17.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

18. RESOLUÇÃO

- 18.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML

poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo adjudicatário, após este último ter sido notificado desse incumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.

18.2. A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:

18.2.1. Se o adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;

18.2.2. Se se verificar o previsto em **15.4.**;

18.2.3. Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do fornecimento de bens;

18.2.4. Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução do fornecimento de bens.

18.2.5. Quando o cumprimento se torne impossível;

18.2.6. Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.

18.3. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário e da resolução.

18.4. Se a resolução for imputável ao adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.

18.5. Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do adjudicatário será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo adjudicatário, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** após a sua notificação.

18.6. A SCML, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de **60 (sessenta) dias seguidos**.

18.7. A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

19.1. No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO B** ao presente caderno de encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt>.

- 19.2.** O adjudicatário deverá subscrever, com a outorga do contrato, ou/ entregar no caso de não assinatura do contrato a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO C** ao presente caderno de encargos.
- 19.3.** Caso não haja lugar a redução a escrito do contrato, fica o adjudicatário dispensado da entrega do **ANEXO C** referido no número antecedente.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o adjudicatário sofra impedimentos no fornecimento dos bens para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. PUBLICIDADE

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 22.1.** Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 22.2.** Por "tratamento de dados pessoais" ou "tratamento", entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 22.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o adjudicatário obriga-se a:
- 22.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;

- 22.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 22.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 22.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 22.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 22.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 22.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 22.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 22.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 22.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da SCML, depois de concluído o fornecimento de bens relacionado com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 22.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e

contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.

22.4. O adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respectivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:

22.4.1. Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário no âmbito do presente procedimento;

22.4.2. A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.

22.5. A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

23. CONFIDENCIALIDADE

23.1. O adjudicatário (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, salvo por motivo legal ou requerimento judicial.

23.2. Esta obrigação de confidencialidade não abrange a informação que, previamente ao fornecimento da informação, já tenha sido legitimamente divulgada por ou a terceiros.

23.3. Além da informação referida no número anterior, não se considera como sujeita à obrigação de confidencialidade a informação que:

23.3.1. Se encontre disponível para o público em geral;

23.3.2. Ambas as partes acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação;

23.3.3. Seja transmitida a qualquer das partes por terceiro;

23.3.4. Já fosse do conhecimento de qualquer das partes à data da celebração do contrato;

23.3.5. Seja divulgada no cumprimento de uma ordem judicial ou de uma entidade reguladora com a necessária autoridade.

23.4. A obrigação de confidencialidade mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **10 (dez) anos** a contar do cumprimento ou cessação por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança às pessoas coletivas.

24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 24.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez) dias seguidos**, através de carta registada com aviso de receção, para que, de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 24.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 25.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **cláusula 2.** do presente caderno de encargos.
- 25.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no caderno de encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

26. GESTOR DO CONTRATO

- 26.1.** A SCML designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 26.2.** O adjudicatário deverá comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 27.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**28. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

- 28.1.** A identificação e composição de cada **LOTE**, as **quantidades estimadas** por **LOTE** e as características técnicas dos bens/Itens objeto do presente procedimento, encontram-se discriminadas no **ANEXO A** do presente caderno de encargos.
- 28.2.** Onde se indica marca ou fabricante, deverá considerar-se a mesma indicação como acompanhada da menção “ou equivalente”.
- 28.3.** Para além das características técnicas, indicadas no **ANEXO A** do presente caderno de encargos, por **LOTE**, só serão admitidos os bens que tenham as seguintes características (termos ou condições):

28.3.1. LOTES 1, 2 E 3 – BOLSA DE PAPEL, MANGA MISTA E SACO MANGA MISTA:

- 28.3.1.1.** Permitir a penetração rápida de vapor a fim de possibilitar a esterilização do conteúdo da embalagem;
- 28.3.1.2.** Constituir uma barreira microbiológica a seco ou molhado, de forma a manter a esterilidade dos conteúdos após o processo de esterilização;
- 28.3.1.3.** Não possuir produtos tóxicos, e não podem ser inflamáveis;
- 28.3.1.4.** Ser suficientemente resistente para suportar um manuseamento abusivo e resistir ao rompimento, à tração e ao rebentamento;
- 28.3.1.5.** Ser à prova de abertura forçada;
- 28.3.1.6.** Não deve permitir a colocação de um novo fecho depois de aberto;
- 28.3.1.7.** Permitir a remoção fácil dos instrumentos para apresentação asséptica ao Utilizador;
- 28.3.1.8.** Abrir sem rasgar ou desfiar;
- 28.3.1.9.** Permitir a identificação fácil do conteúdo;
- 28.3.1.10.** Estar em conformidade com o disposto na norma EN ISO 11607-1:2009 e de EN868-2:2009 a EN868-10:2009;
- 28.3.1.11.** Anti-estático, sem latex e hidro repelente;
- 28.3.1.12.** Permitir a verificação da existência de micro ruturas na embalagem;
- 28.3.1.13.** Nos bens deve constar etiqueta identificadora com os seguintes elementos:
 - N.º do Lote;
 - Identificação do produto;
 - Data do fabrico/prazo de validade.

28.3.2. LOTE 4 – PAPEL TECIDO, NÃO TECIDO:

- 28.3.2.1.** As folhas não devem ter memória;
- 28.3.2.2.** Permitir a penetração rápida do vapor a fim de possibilitar a esterilização do conteúdo da embalagem;

- 28.3.2.3.** Constituir uma alta barreira microbiológica tanto a seco como molhado de forma a manter a esterilidade dos conteúdos após o processo de esterilização;
- 28.3.2.4.** Anti-estático, com boa maleabilidade, sem latex e hidro repelente;
- 28.3.2.5.** Não pode conter produtos tóxicos, e não pode ser inflamável;
- 28.3.2.6.** Ser suficientemente resistentes para suportar um manuseamento abusivo e resistir ao rompimento, à tração e ao rebentamento;
- 28.3.2.7.** Na abertura deve abrir sem rasgar, desfiar ou lançar amparas;
- 28.3.2.8.** Deve permitir uma secagem eficaz dos dispositivos médicos;
- 28.3.2.9.** O TNT deve ser de última geração em polipropileno, de forma a garantir que a esterilidade mínima seja de **2 (dois) meses**;
- 28.3.2.10.** Estar em conformidade com o disposto na norma EN ISO 11607-1:2009 e de EN868-2:2009 a EN868-10:2009;
- 28.3.2.11.** Fornecidas acondicionadas em embalagens com dimensão suficiente de forma a evitar mais do que uma dobra, uma vez que o papel não deve apresentar memória depois de retirado da embalagem;
- 28.3.2.12.** Nos bens deve constar etiqueta identificadora com os seguintes elementos:
 - N.º do Lote;
 - Identificação do produto.

28.3.3. LOTE 5 - FITA ADESIVA PARA MARCAÇÃO DE INSTRUMENTAL:

- 28.3.3.1.** Fita adesiva em PVC para marcação de instrumental cirúrgico;
- 28.3.3.2.** Resistente a 134°C;
- 28.3.3.3.** Cola atóxica e duradoura, não perdendo as suas propriedades quando o instrumento é esterilizado;
- 28.3.3.4.** Esterilização assegurada debaixo da fita;
- 28.3.3.5.** Pacotes com folhas contendo tiras de diferentes tamanhos ou rolos;
- 28.3.3.6.** De várias cores.

28.3.4. LOTE 6 – FITA TESTEMUNHO, INDICADORES E TESTES:

28.3.4.1. ITEM 1 e 2 – FITA TESTEMUNHO:

- 28.3.4.1.1.** Indicador químico de processo da classe 1;
- 28.3.4.1.2.** Fitas adesivas de forte aderência e com indicador químico de processo sem chumbo;
- 28.3.4.1.3.** Em conformidade com o disposto nas normas EN ISO 11140-2014 e EN ISO 15882-2008.

28.3.4.2. ITEM 3 – INDICADOR EMULSÃO CLASSE 6:

- 28.3.4.2.1.** Indicador de emulsão classe 6 calibrado para ciclo 134° 3,5 – 4 minutos;

28.3.4.2.2. Não tóxico;

28.3.4.2.3. De cores fortes e distintas de forma a facilitar a interpretação final da leitura;

28.3.4.2.4. Respeitar as Normas de referência EN ISO 11140- 1: a 5:2014 e EN ISO 15882:2008, com certificação emitida por organismo independente.

28.3.4.3. ITEM 4 – TESTE PARA MÁQUINA DE SELAR:

28.3.4.3.1. Para seladora rotativa, para validar a eficácia de selagem e do embalamento avaliando a temperatura e a pressão na selagem;

28.3.4.3.2. Respeitar as Normas de referência: EN ISO 11607-2:2006.

28.3.4.4. ITEM 5 – TESTE BOWIE DICK:

28.3.4.4.1. Ter cores fortes e distintas de forma a facilitar a interpretação final da leitura;

28.3.4.4.2. Com barreira adequada a dificultar a penetração do vapor;

28.3.4.4.3. Com guia de referência para facilitar a sua leitura;

28.3.4.4.4. Respeitar a Norma de referência: ISO 11140-4:2014, com certificação emitida por organismo independente.

28.3.4.5. ITEM 6 – TESTE DE AVALIAÇÃO DA DESINFECÇÃO TÉRMICA:

28.3.4.5.1. Para ciclos de lavagem utilizando temperatura de 93°C e tempo de 5 minutos ou equivalente;

28.3.4.5.2. Ter cores fortes e distintas de forma a facilitar a interpretação final da leitura;

28.3.4.5.3. Não tóxico.

28.3.4.6. ITEM 7 – TESTE RÁPIDO DE VERIFICAÇÃO DE LAVAGEM POR DETECÇÃO DE PROTEÍNAS:

28.3.4.6.1. Produtos que permitam a avaliação qualitativa da detecção de resíduos de proteínas, de forma eficaz e rápida, sem necessidade de incubadora;

28.3.4.6.2. Não tóxico;

28.3.4.6.3. Respeitar a Norma de referência: EN ISO 15883.

28.3.4.7. ITEM 8 – INDICADOR DA EFICÁCIA DA LAVAGEM NA TINA ULTRA SÓNICA:

28.3.4.7.1. Teste de verificação da eficácia das lavagens e ultrassons;

28.3.4.7.2. Respeitar as Normas de referência: EN ISO 15883;

28.3.4.7.3. Simulador de “soil teste” matéria orgânica (dois tipos de proteínas, lípidos e polissacarídeos).

28.3.4.8. ITEM 9 – TESTE DE PENETRAÇÃO DE VAPOR PARA ESTERILIZADORES, HELIX:

28.3.4.8.1. Testes de penetração de vapor Tipo B para monitorizar a penetração de vapor em dispositivos de carga oca;

28.3.4.8.2. Respeitar as Normas de referência, em conformidade com a classe 6 da EN ISO 11140-1:2014, calibrado para 134° / 3,5 min.

28.3.4.9. ITEM 10 – TESTE EFICÁCIA DE LAVAGEM:

28.3.4.9.1. Teste para verificação da eficácia das lavagens das máquinas de lavar e desinfetar;

28.3.4.9.2. Simulador de “soil teste” matéria orgânica (dois tipos de proteínas, lípidos e polissacarídeos);

28.3.4.9.3. Respeitar as Normas de referência: ISO 15883-1:2017.

28.3.5. LOTE 8 – TUBO SILICONE:

28.3.5.1. 100% Silicone, material médico externo;

28.3.5.2. Adequado para esterilização a 134°C 4min;

28.3.5.3. Antiaderente;

28.3.5.4. Translúcido (transparente);

28.3.5.5. Inodoro;

28.3.5.6. As medidas apresentadas correspondem a diâmetro interno x diâmetro externo;

28.3.5.7. Rolos de 30 metros.

29. LOCAIS DE ENTREGA

Os bens objeto do contrato a celebrar deverão ser entregues:

- a)** No **HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT`ANA (HOSA®)** - armazém da Unidade de Logística, sito na Rua de Benguela, 2779-501 Parede;
- b)** Na **UNIDADE DE SAÚDE DR. JOSÉ DOMINGOS BARREIRO (USSCJDB)**, sita no Largo da Mitra n.º 2, 1950-204 Lisboa;
- c)** No **SERVIÇO ODONTOPEDIÁTRICO DE LISBOA (SOL)**, sito na Av. Almirante Reis n.º 219 1000-049 Lisboa.

30. CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

- 30.1.** Apenas se aceita o fornecimento dos bens, se os mesmos, por **LOTE** estiverem de acordo com o descrito e conforme as características técnicas indicadas na **cláusula 28.**, bem como no **ANEXO A** do presente caderno de encargos.
- 30.2.** A quantidade total dos bens, a fornecer para cada 1 (um) dos **LOTES**, indicada no **ANEXO A** no presente caderno de encargos é uma **estimativa meramente indicativa**, e nesse sentido a SCML reserva-se o direito de não adquirir a sua totalidade, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.
- 30.3.** As quantidades a fornecer são parcelares e periódicas, e constarão de Notas de Encomenda a emitir pela SCML, à medida das necessidades verificadas em cada momento, as quais serão enviadas ao adjudicatário com a antecedência necessária.

- 30.4.** Após o envio da nota de encomenda, realizada pela SCML, via correio eletrónico, a entrega dos bens será efetuada no prazo máximo de **120 (cento e vinte) horas seguidas**, e no seguinte horário: entre as **09H00 e as 12H00**.
- 30.5.** Todos os bens devem ser acompanhados de guia de entrega, onde conste os seguintes elementos:
- 30.5.1.** Designação dos bens, do Lote e do procedimento;
 - 30.5.2.** Referência da nota de encomenda do adjudicatário;
 - 30.5.3.** Código do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.;
 - 30.5.4.** Quantidade (em unidades e por extenso);
 - 30.5.5.** Preço unitário e preço total;
 - 30.5.6.** Assinada pelo Responsável da SCML que recebeu o material, datada e com carimbo do serviço.
- 30.6.** Sempre que for solicitado material, que não venha a ser utilizado, será o mesmo devolvido ao adjudicatário sem qualquer encargo para a SCML, num prazo de **30 (trinta) dias**.
- 30.7.** O adjudicatário deverá elaborar e, enviar mensalmente para a Unidade de Gestão de Contratos da Direção de Saúde ngc.saude@scml.pt um mapa resumo do material fornecido.
- 30.8.** O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos em língua portuguesa que sejam necessários à correta utilização daqueles.
- 30.9.** O adjudicatário não poderá fornecer bens que não constem do presente caderno de encargos, e que não tenham sido requisitados pela SCML.

31. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem ainda para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- a)** Realizar o fornecimento dos bens, nos termos previstos neste caderno de encargos, designadamente em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b)** Afetar ao presente fornecimento todos os meios e recursos, materiais e humanos técnicos ou tecnológicos necessários ao bom cumprimento do mesmo;
- c)** Permitir que a SCML acompanhe a execução do fornecimento, nomeadamente que fiscalize ou audite, em qualquer momento, no âmbito e forma que entender, os bens objeto do presente procedimento;
- d)** Prestar atempadamente todas as informações relativas ao fornecimento que lhe sejam solicitadas pela SCML, nomeadamente pontos de situação;
- e)** Manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes da sua proposta;

- f) Garantir a notificação por escrito à SCML, relativamente a qualquer desvio ao processo normal de fabrico dos bens a fornecer e objeto do presente procedimento;
- g) No caso dos bens a fornecer serem retirados do mercado o adjudicatário deverá solicitar à SCML a sua substituição por outro bem, de características idênticas. Para tal, deverá fundamentar e demonstrar essa equivalência por escrito, mantendo-se obrigatoriamente todas as condições contratuais, designadamente, os preços unitários contratados, sem prejuízo de serem rejeitados, no caso de não merecerem a aprovação da SCML;
- h) No caso de a SCML não autorizar a substituição dos bens, ou no caso do adjudicatário, não dispor de outros para substituição, tal determinará a resolução ou a modificação do contrato a celebrar, conforme o não fornecimento do bem ou bens afete ou não a utilidade do contrato para a SCML.

32. INSPEÇÕES E VERIFICAÇÕES

- 32.1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a SCML, por si, ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, com vista a verificar se os mesmos reúnem todas as características técnicas definidas no **ANEXO A** e na **cláusula 28.** do presente caderno de encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 32.2. Durante a fase de verificações, o adjudicatário deve prestar toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito, durante a realização da inspeção e verificação.

33. CONFORMIDADE DOS BENS

- 33.1. Os bens objeto do contrato a celebrar, devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, e, em conformidade com as características técnicas constantes do **ANEXO A** e **cláusula 28.** do presente caderno de encargos.
- 33.2. O adjudicatário é responsável perante a SCML por qualquer desconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer, que existam no momento da respetiva entrega.
- 33.3. No âmbito das inspeções e verificações previstas na cláusula anterior, caso se verifique que os bens entregues não estão conformes com as exigências legais ou com o contrato, ou ainda, no caso de existirem defeitos ou discrepâncias relativamente às características técnicas definidas no **ANEXO A** e na **cláusula 28** do presente caderno de encargos, a SCML informa por escrito, o adjudicatário dessas desconformidades ou defeitos.
- 33.4. No caso previsto no número anterior, deverá o adjudicatário proceder, a suas expensas, à substituição dos mesmos no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**.

ANEXO A**COMPOSIÇÃO DOS LOTES E QUANTIDADES ESTIMADAS**

POSICÃO	COMPOSIÇÃO DOS LOTES	QUANTIDADES ESTIMADAS PARA 24 MESES	UNIDADE DE MEDIDA
LOTE 1 - BOLSA DE PAPEL			
1	Bolsa de papel p/esterilização 190x65x300mm	27.000	Unidade
2	Bolsa de papel p/esterilização 250x100x380mm	7.000	Unidade
LOTE 2 – MANGA MISTA			
1	Manga mista 7,5cm c/fole, apresentada em rolo	60.000	Metros
2	Manga mista p/ esterilização 5cm s/ fole	93.600	Metros
3	Manga mista p/esterilização 10cm s/ fole, apresentada em rolo	48.800	Metros
4	Manga mista 10cm c/fole, apresentada em rolo	15.200	Metros
5	Manga mista 20cm c/fole, apresentada em rolo	15.200	Metros
6	Manga mista 15cm c/fole, apresentada em rolo	16.000	Metros
7	Manga mista p/esterilização 15cm s/ fole, apresentada em rolo	4.000	Metros
8	Manga mista p/ esterilização 20cm s/fole, apresentada em rolo	2.200	Metros
9	Manga mista p/ esterilização 25cm s/fole, apresentada em rolo	1.200	Metros
10	Manga mista p/ esterilização s/fole 300cm, apresentada em rolo	2.000	Metros
11	Manga mista p/esterilização 7,5cm s/ fole, apresentada em rolo	125.000	Metros
LOTE 3 – SACO MANGA MISTA			
1	Saco manga mista 100x300mm p/ esterilização	53.200	Unidade
2	Saco manga mista 150x300mm p/ esterilização	56.400	Unidade
3	Saco manga mista 75x300mm p/ esterilização	103.200	Unidade
4	Saco manga mista 100x400mm p/ esterilização	14.400	Unidade
5	Saco manga mista 150x400mm p/ esterilização	13.600	Unidade
6	Saco manga mista 250x400mm p/ esterilização	22.400	Unidade
7	Saco manga mista 300x420mm p/esterilização	18.400	Unidade
8	Saco manga mista 300x500mm p/ esterilização	17.200	Unidade
9	Saco manga mista 150x200mm p/ esterilização	77.600	Unidade
10	Saco manga mista 200x400mm p/ esterilização	18.800	Unidade
11	Saco manga mista 200x300mm p/ esterilização	15.800	Unidade
12	Saco manga mista 55x250mm p/ esterilização	98.000	Unidade
LOTE 4 – PAPEL TECIDO, NÃO TECIDO			
1	Papel tecido não tecido 40 gramas 100 x 100cm	14.650	Unidade

2	Papel tecido não tecido 40 gramas 120 x 120cm	18.200	Unidade
3	Papel tecido não tecido 40 gramas 75 x 75cm	14.350	Unidade
4	Papel tecido não tecido 60 gramas 100 x 100cm	15.250	Unidade
5	Papel tecido não tecido 60 gramas 120 x 120cm	21.860	Unidade
LOTE 5 – FITA ADESIVA PARA MARCAÇÃO DE INSTRUMENTAL			
1	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor branco (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	70	Unidade
2	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor azul (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	70	Unidade
3	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor verde (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	70	Unidade
4	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor vermelho (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	65	Unidade
5	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor amarelo (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	70	Unidade
6	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor violeta (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	65	Unidade
7	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor laranja (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	68	Unidade
8	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor castanho (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	64	Unidade
9	Pacote com folhas ou rolo de fita adesiva para marcação de instrumental cor preto (pvc, resistente até 134º, 6,4mm x 7,62m)	70	Unidade
LOTE 6 – FITA TESTEMUNHO, INDICADORES E TESTES			
1	Rolo de fita testemunho vapor entre 16mm e 19mm	264	Unidade
2	Rolo de fita testemunho vapor entre 25mm e 27mm	1.000	Unidade
3	Indicador emulação classe 6 est/vapor 134ºC /3,5-4 min.	72.000	Unidade
4	Teste para máquina Selar	500	Unidade
5	Teste Bowie Dick	10.280	Unidade
6	Teste de avaliação da desinfecção térmica para a máquina de lavar e desinfetar a 93º C	12.000	Unidade
7	Teste rápido de verificação de lavagem por detecção de proteínas	2.000	Unidade
8	Indicador da eficácia da lavagem na tina ultra-sônica	2.500	Unidade
9	Teste penetração vapor Helix tst	3.800	Unidade
10	Teste eficácia de lavagem	10.120	Unidade
LOTE 7 – FITA DE IMPRESSÃO, CARTUCHOS, ROLO DE PAPEL E TINAS PARA DESINFECÇÃO QUÍMICA			
1	Fita de impressão compatível com o esterilizador Matachana m30-b cor de impressão preto em embalagem de plástico hermeticamente fechada	20	Unidade
2	Cartucho desmineralizadores compatível com esterilizador Matachana m30-b	12	Unidade
3	Rolo de papel para impressora compatível com esterilizador Matachana m30-b não térmico em embalagem de plástico fechado	40	Unidade
4	Fita de impressão compatível com máquina de selar hawo cor de impressão preto em embalagem de plástico hermeticamente fechada	20	Unidade

5	Tina para desinfecção química por submersão 3 litros	10	Unidade
LOTE 8 – TUBO SILICONE			
1	Rolo de tubo silicone 5x9 mm, com 30 m	12	Unidade
2	Rolo de tubo silicone 3x6 mm, com 30 m	8	Unidade
3	Rolo de tubo silicone 3x5 mm, com 30 m	8	Unidade
4	Rolo de tubo silicone 1,5x3,5mm, com 30 m	8	Unidade

ANEXO B

**CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO PARA A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo
